

## **O paradoxo de Santa Luzia: sobre os negacionismos realistas em *Don't look up***

Eduardo Sá Barreto<sup>1</sup>

### **Resumo**

*Don't look up* é um filme recente que ainda não tem o peso de um clássico (e talvez nunca venha a ter). Mesmo assim, sua rica narrativa suscita uma série de discussões importantes para a crítica ecológica da sociedade capitalista, possivelmente nos permitindo ultrapassar as intenções críticas de roteiristas (Adam McKay e David Sirota) e diretor (Adam McKay). Neste texto, abordamos os limites objetivos da mudança de consciência, da política institucional, do capital e da classe trabalhadora diante dos desafios impostos pela crise climática e iminente colapso ecológico.

**Palavras-chave:** crítica ecológica, crise climática, capitalismo

### **Abstract:**

“Don't Look Up” is a recent film that does not yet carry the weight of a classic (and perhaps may never do so). Nevertheless, its rich narrative raises a series of important discussions for the ecological critique of capitalist society, potentially allowing us to surpass the critical intentions of the screenwriters (Adam McKay and David Sirota) and director (Adam McKay). In this paper, we address the objective limits of consciousness shifts, institutional politics, capital, and the working class in the face of the challenges posed by the climate crisis and the imminent ecological collapse

**Keywords:** ecological critique, climate crisis, capitalism

O filme de 2021 *Don't look up* foi recebido entusiasmadamente por climatologistas de todo o mundo. Como se sabe, cientistas há décadas alertam a respeito da desestabilização dos sistemas climáticos do planeta e há décadas são confrontados com tipos e graus diversos de negacionismo e inação. Ao retratar a saga malsucedida de três cientistas para evitar uma colisão apocalíptica entre um cometa e a Terra, o filme teria capturado corretamente o penoso e infrutífero esforço de mobilizar o tipo de ação necessária para evitar os riscos conhecidos, elevados e inaceitáveis de um iminente colapso climático. Para resumir, o filme foi amplamente recebido como uma crítica pouco disfarçada ao negacionismo climático. E o lamento de fundo que a estória sugere ao expectador é também o mesmo que recorrentemente encontramos no debate científico sobre mudanças climáticas: se apenas ouvíssemos os nossos cientistas, tudo isso poderia ser evitado.

É compreensível que se pense assim e que esse tipo de expectativa circule com a força de um senso comum. Afinal, diante de uma ameaça crível e iminente e de um conjunto de condutas conhecidas e exequíveis, que tipo de humanidade optaria por nada fazer ou, pior, por adotar um conjunto de condutas que potencializam a ameaça? Supõe-

---

<sup>1</sup> Professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-graduação em Economia da UFF e membro do NIEP-Marx. Contato: [eduardobarreto@id.uff.br](mailto:eduardobarreto@id.uff.br).

se, em geral, que tal descompasso entre risco e resposta ao risco é fruto da ignorância ou da compreensão incorreta (ou incompleta) da ameaça. Assim posto, o problema passa a ser simplesmente o de esclarecer o que é desconhecido ou incompreendido; o problema passa a ser o de fazer “a mensagem” chegar a todos. Esse senso comum, forte até mesmo no meio científico, perde de vista, antes de qualquer coisa, que há sempre uma imensa rede de determinações que condicionam o agir e, mais ainda, uma eventual mobilização em grande escala.

Basta apontar isso para que comece a ficar evidente a ingenuidade do tipo de concepção que acredita que a ação “correta” será amplamente perseguida assim que um número suficientemente grande de pessoas esteja municiado do pacote completo de informações corretas. Neste artigo, procuro ultrapassar essa primeira camada ingênua de crítica ao negacionismo (que encontramos tanto no filme quanto na sua recepção pelo público) e explorar *o que há de realista nos negacionismos retratados*. Demonstrar a dose de real subjacente até mesmo às manifestações mais espalhafatosas de negacionismo não implica suavizar a gravidade das ameaças ou do caráter deletério do próprio negacionismo. Ao contrário, implica delinear as restrições objetivas a uma ação consequente com enfrentamentos efetivos a essas ameaças. O argumento divide-se em três seções, além desta introdução. Na primeira, aprofunda-se um pouco mais o que já foi comentado acima, acompanhando a luta de Dibiasky (Jennifer Lawrence), Mindy (Leonardo DiCaprio) e Oglethorpe (Rob Morgan) para espalhar a notícia do cataclismo iminente. Na segunda, discute-se os mundos da política, do capital e do trabalho, ameaçados pelo fim do mundo. Na terceira, concluimos o texto explorando o resultado prático da ineficácia crônica das vias predominantes para salvar o mundo (tanto na ficção quanto na realidade).

## **1. O mundo das ideias no fim do mundo**

Na introdução, foi pontuado rapidamente que não existe uma determinação linear e unívoca entre a qualidade das ideias/informações e a qualidade/efetividade das ações. Há, no entanto, uma questão anterior a essa, que diz respeito à difusão das ideias que capturam o real com maior qualidade. De novo, é possível falar de um senso comum de que as boas ideias, se bem comunicadas, tendem a substituir as ideias ruins. Sendo um pouco mais específico, trata-se de uma suposição de que, uma vez suficientemente esclarecido um engano ou corrigida uma compreensão distorcida/incompleta, a nova compreensão mais

aderente à realidade passa a prevalecer. A luz do esclarecimento aniquilaria, por si só, as trevas do negacionismo.

Quanto a isso, *Don't look up* nos apresenta um misto de esperança e perplexidade, representado especialmente em Mindy e Dibiasky. Logo de início, as personagens demonstram uma convicção ingênua de que a gravidade e precisão de suas conclusões será suficiente para propulsionar, a partir dos centros de poder constituídos, as medidas necessárias para evitar uma catástrofe definitiva. Depois que isso fracassa, parecem supor que a natureza impactante de sua mensagem, adequadamente traduzida em termos leigos, será suficiente para colocar a opinião pública ao seu lado na difícil tarefa de pressionar governos e parlamentos. Enfim, os encontramos completamente perplexos diante da perturbadora constatação de que a versão negacionista da situação se alastra, finca raízes e, ao fim e ao cabo, condiciona muito mais fortemente o rumo dos acontecimentos. Inclusive, esse desenrolar da estória franqueou ao filme críticas de que ele teria um tom fatalista/conformista; que não há nele luta (de classes) pela sobrevivência. Nas próximas seções, teremos oportunidade de ver por que essa crítica é indevida.

Naquela ingênua esperança e na inevitável perplexidade que a acompanha, Mindy e Dibiasky não estão sozinhos. A efusiva recepção que o filme teve entre climatologistas é indicativo de que tais sentimentos estão bem capturados nas personagens principais. Nesse caso, podemos trazer Marx ao auxílio de nossos cientistas. O expediente crítico de Marx já foi objeto de incontáveis reflexões filosóficas e nem todas elas dialogam bem entre si. Mas para os fins deste texto, uma característica amplamente reconhecida pode ser destacada: a crítica de Marx jamais se interrompe na demonstração das fragilidades e limitações, ou da falsidade das ideias. Ela sempre avança para a investigação das razões que garantem a sobrevivência – e, eventualmente, a predominância – de ideias ruins (ou patentemente falsas) a despeito da existência de ideias melhores. Via de regra, a lição que fica desse tipo de procedimento crítico é que até mesmo ideias falsas serão predominantes se elas se demonstrarem mais compatíveis com a reprodução do estado de coisas vigente. (Medeiros e Bonente, 2021)

No filme, essa tensão é levada ao extremo porque a compreensão da verdade revela um fim iminente e as concepções negacionistas ao menos garantem a ilusão de que tudo permanecerá como antes. Na nossa realidade, os diversos matizes de negacionismo de fato contribuem para garantir a reprodução do existente, ao menos até o ponto em que essa reprodução se torne materialmente inviável.

Na ficção, a verdade do impacto iminente do cometa não se generaliza *porque não pode se generalizar*. Isso fica evidente quando, já tarde demais para qualquer ação efetiva, o filme retrata as consequências profundamente desestabilizadoras dessa verdade: jornalistas, cientistas e técnicos operadores da missão de salvamento e lideranças políticas abandonam seus postos; a reprodução do existente perde subitamente o sentido. É o fim do mundo antes do fim do mundo.

Fora da ficção, algo semelhante acontece. Se toda a nossa compreensão atual a respeito da crise climática fosse amplamente aceita a ponto de mobilizar as transformações necessárias em nossos padrões de produção e consumo, os abalos nas estruturas da sociedade capitalista seriam *letais*. Praticamente tudo aquilo que já sabemos ser necessário fazer é flagrantemente incompatível com a reprodução da lógica do capital. (Sá Barreto, 2022b) A ciência nos diz que precisamos contrair a escala do nosso impacto ecológico, o que exige a contração (e, eventualmente, eliminação) de incontáveis atividades. (IPCC, 2018) Mas o capital não pode tolerar esse tipo de recuo, em nenhuma instância. A ciência nos diz que as melhores tecnologias precisariam ser utilizadas para moderar, no máximo de seu potencial, nossa demanda material sobre o planeta. (IPCC, 2018) Mas o capital não pode deixar de reverter esse potencial em mais expansão compulsiva da produção. A ciência nos diz que nossos padrões de consumo deveriam ser alterados drasticamente, em escala e escopo. (IPCC, 2018) Mas o capital, embora possa tolerar essas reconfigurações de consumo em âmbito local e restrito, precisa garantir que, em âmbito global, o consumo seja também persistentemente expansivo. Assim, não deveria nos surpreender que tal compreensão não informe as ações a partir dos principais centros de poder econômico, político e militar. Esses poderes reproduzem tais estruturas, é verdade, mas também se assentam sobre elas e não podem se voltar contra elas. Não se deve esperar deles qualquer passo em direção ao fim do mundo antes do fim do mundo.

## **2. Os mundos ameaçados no fim do mundo**

### *2.1 O mundo da política*

Conforme já mencionado, a primeira reação de Mindy e Dibiasky ao descobrirem a trajetória catastrófica do cometa é procurar pessoas com algum poder de ação. O primeiro contato com a diretora da NASA, Dra. Calder (Hettienne Park), é frio. Mais tarde descobrimos que ela é uma indicação política de capacidade técnica duvidosa. Aqui também nos é insinuado o mesmo tipo de compreensão lamentosa que vimos na seção

anterior: se ao menos os cargos técnicos fossem ocupados por profissionais técnicos, as coisas seriam equacionadas de maneira distinta. Enfim, rapidamente nossos cientistas são repassados ao diretor do Escritório de Coordenação de Defesa Planetária, Dr. Oglethorpe. Em contraste com a postura de Calder, Oglethorpe é pragmático, sóbrio e rapidamente desencadeia os primeiros passos a serem tomados. Sua postura é: há protocolos preparados e a hora de agir é agora.

O contraste permite sublinhar algo fundamental. O Escritório de Coordenação de Defesa Planetária, a instituição mais específica que os protagonistas poderiam desejar que existisse, existe (o que, inclusive, os surpreende) e sua principal liderança é alguém tecnicamente preparado e disposto tomar os cursos de ação necessários e disponíveis. No entanto, Mindy, Dibisky e Oglethorpe esbarram em obstáculos de aparente irracionalidade.

Quando a descoberta é levada à presidente dos Estados Unidos, assistimos duas reações que valem a pena ser exploradas com algum detalhe: o cálculo eleitoral como resposta mais imediata e a dessensibilização face ao “fim do mundo”.

A primeira preocupação que a presidente Orlean (Meryl Streep) manifesta ao ouvir o relato dos três cientistas é que isso iria lhe custar politicamente, já que as eleições de meio de mandato se aproximavam. Naturalmente, a absurdidade de um cálculo político tão desavergonhado diante de uma ameaça tão clara e definitiva é chocante. O que ela diz em seguida, porém, revela algo com o qual mesmo as frações mais avançadas do movimento climático têm se mostrado incapazes de lidar: tentando explicar suas prioridades, Orlean lembra que se perderem a maioria no congresso, não conseguiriam fazer nada de qualquer jeito. A cena toda é concebida para suscitar aversão em relação à personagem, mas a postura da presidente ao mesmo tempo ilustra limitações objetivas do que poderíamos chamar de via legislativa para o enfrentamento da crise climática. (Sá Barreto, 2022b)

O representante mais emblemático e recente desse tipo de mobilização política é o assim chamado *Green New Deal*. Uma literatura vasta vem sendo produzida sobre o tema e já há alguns registros de iniciativas legislativas sob essa insígnia. Mesmo não sendo nosso objetivo dedicar um espaço extenso a esse tema, podemos aproveitar para destacar como o senso comum a respeito do que seria uma política racional pressupõe um conjunto de condições tão extraordinário que não seria exagero denotá-las como impossíveis.

Em *A planet to win*, Aronoff *et al.* (2019) demonstram detalhadamente, baseando-se no melhor da ciência disponível, que evitar os maiores riscos associados ao colapso

climático demandaria uma descarbonização das sociedades humanas em uma escala, escopo e velocidade que envolveriam transformações estruturais/sistêmicas para as quais não há nenhum precedente sequer próximo. Tomando de exemplo apenas a transição apontada como a mais urgente entre as várias transições necessárias, conseguimos perceber com mais clareza a dimensão do desafio. Na assim chamada transição energética, espera-se que o papel dos combustíveis fósseis no atendimento da demanda energética global seja trazido para algo próximo de zero. Em outras palavras, não se trata simplesmente de aumentar a participação (proporcional) de fontes menos intensivas em carbono na matriz energética mundial. Trata-se de trazer *a escala* do uso de combustíveis fósseis a um patamar tão pequeno que poderíamos efetivamente falar de um fim da economia fóssil.

O fim da economia fóssil, todavia, não é apenas o fim das atividades intensivas em consumo de combustíveis fósseis e em emissões de gases de efeito estufa. Tampouco o fim da economia fóssil é apenas a transformação dessas atividades em uma direção não fóssil-dependente. O que geralmente se perde de vista é que o fim da economia fóssil implica *o fim do capital fóssil*, i.e. todo o capital cuja reprodução expandida depende das atividades de exploração e produção de combustíveis fósseis. (Malm, 2016)

Um eventual fim abrupto da economia fóssil aniquilaria grandezas incalculáveis de capital fixado em infraestrutura de extração, refino e distribuição. Aniquilaria instantaneamente trilhões de dólares em ativos financeiros que circulam lastreados em produção futura de petróleo, gás natural e carvão. Inviabilizaria tecnicamente a agricultura capitalista de grande escala. Inviabilizaria tecnicamente as indústrias pesadas, em geral impermeáveis às fontes alternativas conhecidas de energia.

Com esse brevíssimo panorama, temos elementos suficientes para perceber que estes não são obstáculos circunstanciais para as tarefas preconizadas pela ciência e delegadas à política. Supor que a política da ordem possa perseguir essas finalidades a termo corresponde a esperar que se opere uma revolução (no sentido mais pleno da palavra) no parlamento.

Mesmo se admitirmos a possibilidade de uma tal revolução por meio da ordem, sua efetivação ainda assim exigiria uma convergência monumental de parlamentos por todo o mundo em torno dessa agenda, o alinhamento desses parlamentos com seus respectivos poderes executivos e uma concertação sem paralelos históricos desses executivos em torno da elaboração e implementação das políticas pertinentes e da distribuição adequada de custos e sacrifícios. O histórico de fracasso dessa agenda no parlamento estadunidense

e de sua profunda diluição no parlamento europeu são sintomas bastante contundentes da implausibilidade dessas várias confluências. (Ocasio-Cortez, 2019; European Commission, 2019; Sá Barreto, 2022b)

A personagem de Meryl Streep tem algo de cômico, mas mesmo ela parece sentir-se constrangida com seu nível de pragmatismo eleitoral diante da ameaça apocalíptica do cometa. Em sua defesa, ela pergunta: “Vocês sabem quantas reuniões de fim do mundo eu já tive?” Aqui temos mais um ponto interessante de contato com a questão climática. Os diagnósticos e previsões sempre são recebidos pelo grande público como catastróficos. Como, no entanto, o mundo ainda não desmoronou por completo, cristaliza-se um entendimento difuso de que as coisas não têm sido tão ruins/ Graves quanto os cientistas disseram que seria; de que as previsões, mais do que catastróficas, são alarmistas. Isso, evidentemente, produz uma dessensibilização face aos riscos que tem um poderoso efeito desmobilizador.

Na II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 31 anos atrás, Fidel Castro já endossava a seguinte conclusão, compatível com o melhor entendimento científico disponível à época: “Uma importante espécie biológica está em risco de desaparecer pela rápida e progressiva liquidação de suas condições naturais de vida: o homem [*sic*]. Agora estamos cientes deste problema, *quando quase é tarde para impedi-lo*”. (Cuba, 1992) Ou seja, naquele que se tornou o espaço de encontro entre ciência e política por excelência, afirma-se há décadas (sem que isso seja visto como algo controverso) que “temos pouco tempo”. Não é difícil inferir como o senso comum processa esse aparente jogo da mentira: se temos pouco tempo há décadas e até hoje, aparentemente, ainda nos resta algum tempo, então talvez haja muito de exagero no que a ciência vem nos dizendo; assim sendo, talvez o que foi dito 30 anos atrás fosse mentira; e se claramente mentiram ontem, nada impede que estejam mentindo hoje. Duas coisas podem ser ditas a partir disso.

Primeiro, a questão de quanto tempo ainda temos não é intransitiva. Ela precisa de um complemento, uma referência. Quanto tempo para o que? Para impedir a desestabilização dos sistemas climáticos? Ou para impedir os riscos mais inaceitáveis de tal desestabilização? Ou para garantir nossa capacidade de adaptação a impactos que se tornaram inevitáveis? Se tomarmos as metas mais ambiciosas, talvez não tivéssemos tempo já em 1992. E mesmo para metas pouco ambiciosas, talvez não tenhamos tempo hoje. Isso pode ser ilustrado claramente pelo segundo ponto importante nesse tema da dessensibilização.

É ilusória a impressão de que previsões catastróficas não têm se tornado realidade. Ao contrário, os processos e eventos já em curso têm frequentemente surpreendido a comunidade científica pela sua precocidade em relação às previsões. As trajetórias de elevação do nível do mar e da temperatura, o degelo da criosfera, a intensidade, frequência e abrangência de incêndios, ondas de calor e de frio, furacões, secas, chuvas torrenciais, todos têm andado à frente (ou muito à frente) das previsões. O relatório mais recente do IPCC mostra que tais eventos já vêm sendo observados e que as técnicas de atribuição avançaram o suficiente para vinculá-los às mudanças climáticas. (IPCC, 2023) O jornalismo climático, por exemplo, é povoado de notícias de eventos extremos em que se lê “mais cedo que o esperado”, “mais forte que o esperado”, “recorde no registro histórico” etc.

Se o tempo é tão curto e a situação é tão grave, se governos do mundo todo sabem disso e selam acordos para reverter tal quadro, então seria razoável esperar que estivéssemos a caminho de equacionar ao menos os principais riscos. Mas não é isso que ocorre. Todas as evidências e métricas disponíveis mostram que não temos sido capazes de reduzir o nível de emissões no ritmo necessário. Na verdade, sequer temos sido capazes de interromper o *crescimento* do nível global de emissões. Prova disso é que *quase metade* das nossas emissões acumuladas se concentra justamente no período pós-1990.

É isso que o IPCC (2023) nos informa com precisão. Estima-se que 58% de todas as nossas emissões desde 1850 ocorreram entre 1850 e 1989, um intervalo de 139 anos. Nos 29 anos seguintes, entre 1990 e 2019, situam-se os 42% restantes. Diante de tudo que sabemos, de toda a exortação e de tudo que fizemos, chamar isso apenas de fracasso é uma forma de elogio.

Tal resultado é certamente fruto de uma substancial insuficiência de ação (algo que será comentado a seguir), mas não deve ser considerado como fruto de pouca ou nenhuma ação. O próprio IPCC relata como a UNFCCC, o Protocolo de Quioto e, mais recentemente, o Acordo de Paris vêm impulsionando as ambições nacionais e como a implementação bem-sucedida de medidas econômicas e regulatórias já tem sido capaz de obter avanços em eficiência energética, contenção de desmatamento e disseminação de novas tecnologias. Em outros termos, há esforço considerável e algum êxito nesse esforço, mas que é coroado com o fracasso geral de sequer interromper o crescimento das emissões globais. Isso deveria ser suficiente para suspeitarmos que o déficit de ação não é estritamente de natureza quantitativa.



Ainda de acordo com o IPCC (2023, p. 23), caso todos os compromissos nacionalmente determinados (NDCs) no âmbito do Acordo de Paris sejam integralmente implementados, mesmo assim estaríamos aquém do volume e ritmo necessários de declínio das emissões para garantir alguma chance de limitarmos o aquecimento a 1,5°C acima da temperatura de referência (uma média dos anos 1850 a 1900). Na verdade, esse hiato expressivo existe até mesmo se pretendermos limitar o aquecimento a 2°C. Não bastasse a lacuna entre o prometido e o necessário, também somos informados pelo documento que há uma lacuna importante entre os compromissos presentes nas NDCs e aquilo que vem sendo efetivamente implementado. Em outros termos, à lacuna entre o necessário e o prometido acrescenta-se uma lacuna entre o prometido e o cumprido.

O que se promete é, de saída, insuficiente. E mesmo o insuficiente não se cumpre. As razões para isso não devem ser buscadas apenas em determinantes conjunturais, como a vontade política, as pressões populares ou o equilíbrio de forças. No que tange às nossas respostas à emergência climática, o “necessário” situa-se em um terreno em que a sociedade capitalista não é capaz de operar. Mostrar e demonstrar isso é tarefa de uma crítica ecológica da sociedade capitalista. (Sá Barreto, 2022b) Por ora, perceba que o crônico déficit de ação apontado pelo relatório não pode ter outro resultado senão o de desperdiçar o pouco tempo que talvez ainda reste para fazer algo de efetivo.

Isso também é apontado de maneira cristalina pelo IPCC. Em um dos destaques do texto, lê-se: “Há uma janela de oportunidade rapidamente se fechando para assegurar um futuro habitável e sustentável para todos”. (IPCC, 2023, p. 25) Para além da repetição do senso de urgência, algo mais chama a atenção: “para todos”. Somos obrigados a concluir, ainda que o relatório não o diga, que uma vez fechada a janela de oportunidade para resguardar um planeta habitável *para todos*, certamente ainda restará uma janela de oportunidade para resguardar um planeta habitável *para alguns*; e depois *para alguns poucos* etc. Se juntarmos aqui outros dois destaques contundentes do relatório, temos uma imagem distópica que o IPCC desenha de maneira impressionista.<sup>2</sup>

Na página 15, afirma-se que “para qualquer nível de aquecimento futuro, os riscos relacionados ao clima são maiores do que os avaliados na AR5 e os impactos de longo prazo previstos são *múltiplas vezes* maiores daquilo que é atualmente observado”. (IPCC, 2023, p. 15; ênfase adicionada) Naturalmente, isso implica a necessidade de que o esforço

---

<sup>2</sup> Se os(as) autores(as) do relatório nos obrigam de maneira consciente ou não a fazer esse tipo de inferências, pouco importa. A “pintura impressionista” tem detalhes suficientes para fazermos essas inferências com segurança.

de mitigação seja o mais monumental possível, de modo a garantir que o nível de aquecimento futuro seja o menor possível. Contudo, tanto na página 27 quanto na 33 é dito que “trajetórias ambiciosas de mitigação implicam transformações abrangentes e por vezes disruptivas em estruturas econômicas existentes, com *consequências distributivas* significativas nos e entre países”. (IPCC, 2023, p. 27; ênfase adicionada)

Enquanto a humanidade estiver submetida à lógica cega do capital, o futuro possível – e até mesmo provável – que podemos extrair dessas duas passagens é um em que, tendo se fechado as janelas de oportunidade “para todos” e “para alguns”, a multiplicação acelerada de impactos tende a impulsionar lutas desesperadas para garantir um planeta habitável “para uns poucos”, com todas os desdobramentos trágicos previsíveis. Por trás do termo sóbrio e acético “consequências distributivas”, devemos ser capazes de ler a ampla variedade de consequências que ele realmente indica quando combinado à erosão acelerada das condições de habitabilidade do planeta: imperialismo ecológico, racismo ambiental, zonas de sacrifício, genocídio, guerra! No filme, a fuga e salvação de alguns poucos momentos antes da destruição total.<sup>3</sup>

O “temos pouco tempo” que ouvimos recorrentemente há trinta anos não se refere mais ao tempo para evitarmos um conjunto bastante dramático de impactos da crise climática. Esse tempo já acabou, é o que nos informa o relatório mais recente do IPCC. O pouco tempo que ainda nos resta diz respeito à tarefa histórica de livrar a humanidade do capital e, assim, recolocar ao nosso alcance a possibilidade de nos adaptarmos a um mundo mais hostil por caminhos em que ainda caibam todos.<sup>4</sup>

Mais uma vez, é preciso insistir na chave de interpretação sendo usada desde o início do texto. As evidências disponíveis e facilmente acessíveis não dão suporte ao tipo de dessensibilização retratada no filme. Há nela, portanto, claro teor negacionista. No entanto, o realismo por detrás dessa fachada negacionista é que a política institucional *não pode ser voltar contra a ordem*; e se a ordem está na raiz do problema, resta a política institucional apenas encontrar meios mais ou menos sofisticados de negar o problema. Tanto no filme quanto em nossa realidade, essa “sinuca de bico” tem uma dimensão técnica, que diz respeito ao que está ou não ao nosso alcance fazer. Todavia, mais importante que isso, tem uma natureza social. É porque nossas sociedades têm sua

---

<sup>3</sup> Retomaremos esse ponto na próxima subseção.

<sup>4</sup> Apenas para que não haja dúvidas, vale enfatizar que isso não implica uma defesa da adaptação em detrimento da mitigação. Na verdade, uma lição clara do relatório é que apenas a mitigação mais ambiciosa e extraordinária (e, acrescento eu, impossível no capitalismo) seria capaz de preservar as possibilidades de adaptação que ainda existem. (IPCC, 2023)

dinâmica presidida pela lógica do capital que, tanto no filme quanto na realidade, certos cursos de ação estão ao nosso alcance e outros não.

## 2.2 O mundo devastado pelo (e para o) capital

Tal como nos demais aspectos do filme, a intenção crítica à racionalidade empresarial é cristalina. Dois momentos são representativos, mas antes de explorá-los, convém demarcar uma diferença importante entre ficção e realidade.

No filme, a ameaça cataclísmica vem de fora, do espaço. É uma espécie de azar cósmico que nos coloca em rota de colisão com um cometa. No complexo de causas, encontramos apenas a cega dança gravitacional dos corpos celestes.

Fora do filme, no entanto, a realidade é rigorosamente outra. A ciência climática nos informa de maneira cada vez mais segura e contundente o caráter antropogênico das mudanças climáticas: “Atividades humanas, especialmente pela emissão de gases de efeito estufa, inequivocamente causaram aquecimento global”. (IPCC, 2023, p. 4) Paralelamente, a estratigrafia já discute há duas décadas a demarcação de uma nova época geológica denominada *Antropoceno*, indicando que a humanidade se tornou um vetor relevante de transformação ecossistêmica global. (Angus, 2016; Veiga, 2019)

A princípio, portanto, poderíamos ser levados a afirmar que no complexo de causas encontramos, além das forças naturais, a humanidade. Contudo, é possível ir além disso e, para tal, duas pistas são importantes. Primeiro, no próprio debate sobre Antropoceno, tem ganhado força a proposta de demarcar seu início em meados do século XX. Essa proposta é consistente com o que veio a ser conhecido como a Grande Aceleração, quando as trajetórias de população, produto, população urbana, uso de fertilizantes, consumo de água, transporte, dióxido de carbono, metano, temperatura, acidificação dos oceanos etc. passaram a exibir claro comportamento exponencial. (Steffen *et al.*, 2018) Por isso, Veiga (2019, p. 27) afirma que: “ninguém tem o direito de ignorar que, ao menos desde meados do século XX, os humanos passaram a exercer pressões excessivas sobre alguns dos mais relevantes ciclos biogeoquímicos”. Isto posto, é preciso afirmar que essa humanidade de impacto exponencial não é a humanidade *em geral*.<sup>5</sup> É uma humanidade que tem sua atividade organizada e presidida pelo capital, que, não por acaso, tem um caráter marcadamente exponencial. (Sá Barreto, 2018)

---

<sup>5</sup> Aqui, “em geral” é usado no sentido marxiano de historicamente não específico.

Em segundo lugar, conforme argumenta Moore (2017), mesmo este complemento óbvio à discussão de Antropoceno é insuficiente, pois se restringe aos impactos que ficam “gravados” nos estratos geológicos. O autor argumenta que a investigação a respeito do impacto humano sobre o planeta precisa ir além das contribuições das ciências da natureza e incorporar a história. Não se trata, em absoluto, de uma proposta inusitada. Exótico, na verdade, é propor um entendimento sobre a história do planeta que ao mesmo tempo confere centralidade ao impacto das atividades humanas e abstrai da história humana.

Tudo aquilo que é deixado de fora quando a história humana é abstraída da análise nos impede de perceber algo que Moore demonstra de maneira convincente: o principal vetor de impacto ecológico no planeta tem sido, ao menos desde o século XVI, o capital; ou, mais precisamente, a humanidade submetida de maneira cada vez mais profunda e mais abrangente à lógica do capital.

Daí Moore extrai o sentido de Capitaloceno. Disso, podemos delinear a diferença fundamental entre filme e realidade neste ponto. Enquanto no filme a ameaça é externa à humanidade, fora do filme a ameaça é produto das nossas mãos. A devastação do mundo é obra do capital.

Por mais paradoxal que possa parecer, tal devastação traz consigo riscos e oportunidades. Por um lado, um planeta ecologicamente devastado, convulsivo e hostil tem o potencial de subtrair a base material ineliminável a qualquer modo de produção, mas, por outro, tende a proporcionar um conjunto vastíssimo de novas necessidades a serem exploradas lucrativamente. Não é difícil perceber que os riscos recaem sobre a humanidade e as oportunidades são exclusivas do capital e exclusivamente vinculadas à sua lógica de produção para o lucro e não para a satisfação de necessidades. Agora estamos em condições de, enfim, poder explorar os dois momentos emblemáticos mencionados no início desta subseção.

O primeiro diz respeito ao domínio das oportunidades. Conforme vemos no filme, a rota de impacto é descoberta a tempo de fazermos algo a respeito. Mesmo enfrentando todas as dificuldades já mencionadas, nossos protagonistas conseguem mobilizar vontade política (por um lance de sorte, é verdade), recursos e tecnologia suficiente para terem uma boa chance de desviar o curso do cometa. A complexa missão espacial é arquitetada e, além disso, lançada! Os primeiros dados de telemetria informam que a chance de sucesso é expressiva. No entanto, a missão é subitamente abortada.

Depois, descobrimos que Orlean cancelara a missão sob pressão do magnata da tecnologia Peter Isherwell (Mark Rylance), que detectara quantidades monumentais de

minerais preciosos supostamente passíveis de serem produtiva e lucrativamente minerados. Supostamente, porque o plano mirabolante de Isherwell envolve abordar o cometa com dezenas de imensos *drones*, transformá-lo em pedaços menores com explosões controladas por inteligência artificial e transportá-los de maneira controlada aos oceanos onde poderiam ser minerados. Nessas poucas linhas de pura fantasia, encontramos algumas das características mais basilares do modo de operar do capital: a produção deve crescer, sempre, e por isso um planeta inteiro de recursos eventualmente se torna insuficiente; nossas proezas tecnológicas não servem ao objetivo de moderar a nossa demanda material sobre o planeta mas, ao contrário, ao objetivo de viabilizar tecnicamente uma demanda ainda maior; e, além disso, o novo impulso produtivo e as novas proezas tecnológicas vêm acompanhados das velhas promessas de erradicação da pobreza e do desemprego.

Ao lado do apetite insaciável pelo controle sobre recursos e por oportunidades de máximo lucro, podemos destacar outro aspecto menos evidente (que passa despercebido até dos cientistas protagonistas do filme). Mesmo se admitíssemos a legitimidade e a viabilidade técnica de explorar o cometa por minerais preciosos, isso não necessariamente seria incompatível com a missão de desvio da rota que já havia sido organizada e lançada. A maneira como o plano de Isherwell nos é mostrada deixa claro que a tecnologia dos *drones* seria perfeitamente capaz de fazer no espaço o que pretendia fazer na Terra. Do ponto de vista da humanidade em geral e de seus interesses mais básicos, abortar a missão de desvio da rota não faz sentido algum, ainda que aceitássemos como legítimo um interesse econômico no cometa. Afinal, todos os recursos para tal já haviam sido reunidos e mobilizados com sucesso. O custo de eliminar o risco já estava pago. O único critério capaz de dar sentido ao cancelamento intempestivo da missão é o do custo *para o capital*. Explorar as riquezas minerais de um cometa em uma órbita relativamente distante da Terra certamente sai muito mais caro do que fazê-lo no oceano. Interceptar o cometa no mais distante ponto possível, o que permitiria uma margem maior para erros e ajustes, certamente não é tão custo-eficiente quanto interceptá-lo na mínima distância concebível.

Não se trata, com essas observações, de afirmar que o capitalista, como “portador consciente” do movimento do capital,<sup>6</sup> seja completamente indiferente aos riscos externos à sua busca pela acumulação. Trata-se de indicar que, antes de qualquer outra coisa, o risco realmente intolerável para o capital é o de não explorar ao limite as oportunidades

---

<sup>6</sup> Cf. Marx (2013, cap. 4).

de operar com o mínimo custo e a máxima receita. Os riscos que excedem esses parâmetros estreitos de operação são socializáveis e, portanto, sempre socializados. No filme, a coisa é levada a um paroxismo extremo, em que o aproveitamento de *uma* oportunidade implica aceitar o risco de extinção de toda a vida no planeta. Algo semelhante ocorre na realidade, com a sutil diferença que se tolera o risco de sermos varridos pela extinção em troca de várias oportunidades, tanto no *business as usual* quanto nas novas (e nem tão novas) searas do capitalismo verde.

Essa aparente irracionalidade, que nada mais é do que a mais estrita racionalidade do capital, nos leva ao segundo momento emblemático. A cena pós crédito parece um pouco descolada do resto do filme, porque apela a elementos mais incríveis de ficção científica. Ela, porém, é fundamental, porque nos permite retomar a discussão ao final da subseção 2.2. Essa cena retrata o complexo de ações relativo a “o que pode ser feito, mesmo quando o impacto é inevitável”. Ou seja, o que fazer quando já não é mais possível resguardar um planeta habitável “para todos”? Como salvar “os poucos” que ainda podem ser salvos? O filme nos mostra como essa possibilidade estreita tende a se desdobrar quando subordinada à lógica do capital: os que toleram o risco de extinção em nome da humanidade têm seus planos de contingência, suas “arcas de Noé”, que não incluem a humanidade.

Trazida para o mundo real, essa intuição deixa especialmente claro que a erosão (e eventual esfacelamento) desigual das condições de habitabilidade do planeta cria pressões imensas para a disputa das regiões menos vulneráveis. Excluindo os delírios de multibilionários que acreditam que, tal como Isherwell, poderão deixar este planeta para trás, tais disputas serão muito terrenas e com expressivas disparidades de poder econômico e militar. Tal como no filme, garantir a sobrevivência de todos não passa de uma declaração de boas intenções sem consequência prática. A rigor, mais que isso, enquanto a vida em sociedade estiver presidida pelos parâmetros reprodutivos do capital, a finalidade de resguardar um planeta habitável “para todos” é uma finalidade *irrealizável*. E “não sendo realizável, se reduz a um fato de consciência que se tornou impotente diante da natureza” (Lukács, 2013, p. 55).

Ainda assim, não é incomum que encontremos entre militantes de esquerda ou ativistas ambientais quem acredite que a destrutibilidade do capital possa ser redimida pela luta/reação da classe trabalhadora.

### 2.3 O mundo do trabalho

Uma boa ilustração disso é que parte das críticas dirigidas ao filme apontaram seu caráter supostamente fatalista, usando como evidência o fato de que a classe trabalhadora e sua capacidade de resistir ao ímpeto suicidário do capital estariam ausentes da estória.

Há três problemas nesse tipo de apontamento crítico. Primeiramente, tal como ocorre fora da ficção, encontramos no filme uma ampla variedade de reações diante da catástrofe iminente: a negacionista, com Calder e Orlean, a pragmática, com Oglethorpe, a hedonista, com a jornalista Brie Evantee (Cate Blanchett), a oportunista, com Mindy e a de disposição para a luta, com Dibiasky. Há, portanto, como no mundo real, um leque de condutas, algumas conciliáveis e outras não, algumas consequentes com os riscos e outras não, algumas passíveis de sucesso e outras não. Não há motivos sólidos para entreter a expectativa de que, diante de uma ameaça real, significativa e visível, a humanidade (ou mesmo a classe trabalhadora) passe por uma súbita e espontânea sincronização universal de consciência e de ação.

Em segundo lugar, a pressuposição de que a classe trabalhadora deve sempre ser necessariamente retratada como uma força de transformação e, por isso, nunca com um cariz conservador. Nos marxismos, é amplamente reconhecido que a classe trabalhadora é a classe vocacionada para ser o sujeito da ruptura histórica com a sociedade capitalista. No entanto, tal reconhecimento não necessariamente exclui a possibilidade de que predomine na classe um nível de consciência rebaixado, conservador, como bem demonstra Lenin (2020), por exemplo, e conforme fica visível no filme.

Em terceiro lugar, e justamente por causa do que acaba de ser sublinhado no parágrafo acima, esse tipo de crítica perde de vista que a classe trabalhadora *está* retratada no filme, ainda que não da maneira esperada. Os pais de Dibiasky<sup>7</sup> aparecem por poucos segundos na estória, mas aparecem apenas para deixar muito claro que, como trabalhadores, eles defendem o curso de ação ditado por Isherwell. E o defendem por causa da capacidade criadora de empregos que a mineração do cometa supostamente traria consigo. A cena, embora rápida, é simbólica porque captura precisamente uma espécie de “escolha de Sofia” que confronta a classe: aceitar o desemprego para evitar o risco de extinção ou aceitar o risco de extinção para evitar o desemprego? O que pode, a princípio, parecer uma escolha óbvia pela primeira opção, na verdade não é, porque ambas as opções implicam, em última instância, morte.

---

<sup>7</sup> Ironicamente, a única personagem que exibe disposição real para a luta por fora dos protocolos institucionais.

A quem vende sua própria força de trabalho para sobreviver,<sup>8</sup> a necessidade de ter um emprego pode parecer como fato natural da vida em sociedade para aqueles que não reuniram as condições de poder viver sem trabalhar. Porém, tal imperativo, conforme Marx (2013) demonstra extensamente, é produto da história e da estrutura mercantil da sociedade capitalista. Em uma sociedade na qual o produto do trabalho assume universalmente a forma mercadoria, virtualmente tudo o que se produz é produzido para a troca. Por isso, virtualmente tudo o que é necessário para garantir a sobrevivência e as condições de vida de cada pessoa é obtido por meio da compra. Para poder comprar recorrentemente, no entanto, é preciso vender com recorrência compatível. E para aqueles que não têm capital, em geral a única mercadoria que terão para vender é sua própria força de trabalho. E essa venda será tão mais possível e favorável ao trabalhador quanto mais existirem postos de trabalho disponíveis, i.e. quanto maior for a tendência de ampliação do nível de emprego. Em outras palavras, o acesso dos membros da classe trabalhadora ao conjunto da riqueza socialmente produzida é mediado em primeira instância por sua capacidade ou não de arrumar emprego. Não arrumar emprego implica estar à mercê de políticas ou práticas de alívio dos efeitos da pobreza ou, no limite, implica ter interditado o acesso às coisas necessárias para viver.<sup>9</sup>

Esse é, enfim, o dilema muito objetivo e palpável da classe: ao mesmo tempo em que suas condições a colocam em posição privilegiada para liderar a libertação do capital, também impõem sobre ela a necessidade de promover o maior nível de emprego possível, o que requer, por sua vez, o maior nível possível de atividade comandada pelo capital. Convém enfatizar, esse dilema é específico da sociedade capitalista, pois é nela que a venda da própria força de trabalho comparece como interposto incontornável entre o trabalhador e as coisas necessárias a si.

No filme, ele aparece numa forma hiperbólica, já que a colisão com o cometa impunha, mais do que um risco, a certeza da extinção. Naturalmente, num mundo devastado e sem vida, a possibilidade ou a necessidade de emprego sequer estão postas. Por isso, a conduta dos pais de Dibiasky parece sem sentido. Entretanto, contrastado com o mundo real, esse exagero ficcional é cada vez menos exagero e cada vez menos ficcional.

---

<sup>8</sup> Pouco importa se essa venda ocorre em condições mais ou menos vantajosas.

<sup>9</sup> Alguns textos elaboram raciocínio análogo de maneira menos telegráfica. Cf. Duayer & Araujo (2015) e Duayer & Medeiros (2008).



Diante de riscos cada vez mais expressivos (tanto quanto aos impactos como quanto às probabilidades) provocados pela crise climática, as propostas mais avançadas que têm alguma viabilidade política (mesmo que mínima) nesta sociedade se vêm obrigadas a postular a possibilidade de que, em seu rastro, incontáveis novos empregos verdes seriam criados.<sup>10</sup> Quando isso é veiculado num diapasão crítico, de esquerda, a suposição subjacente é que, estando o Estado no leme dessas iniciativas, os novos empregos não teriam necessariamente um vínculo com o capital, sua magnitude e seu ritmo de acumulação. Perdem de vista, no entanto, que a capacidade do Estado conduzir empreitadas no volume monumental que é sugerido também traz um vínculo indissociável com a atividade produtiva comandada pelo capital. (Sá Barreto, 2019) A depender da perspectiva teórica, uma acumulação pujante de capital é o pressuposto ou o resultado do papel ativo do Estado. De qualquer forma, a multiplicação dos empregos, verdes ou não, estaria necessariamente acompanhada da expansão do mais decisivo vetor da crise climática: o capital.

A rigor, a própria crença na possibilidade de novas ondas de expansão substantiva do nível de emprego mostra-se cada vez mais anacrônica. Desde a literatura marxista, com sua variada reflexão a respeito da crise estrutural do capitalismo,<sup>11</sup> até a literatura propriamente burguesa, com seus debates sobre estagnação secular<sup>12</sup> e *jobless recovery*,<sup>13</sup> há um amplo espectro de reflexões sobre o capitalismo contemporâneo que apontam a incapacidade crônica do capital de empregar força de trabalho em escala ampliada.

### **3. A inutilidade autoindulgente como corolário das impossibilidades de salvar o(s) mundo(s)**

Podemos, no início desta última seção, recorrer a Lukács (2013, p. 286) para uma boa chave de leitura do que foi discutido até aqui. Diz o autor que “jamais se deve esquecer que o homem [*sic*], em seus atos e nas ideias, nos sentimentos etc. que os preparam, acompanham, reconhecem e criticam, sempre está dando respostas concretas a dilemas de ação perante a vida, com os quais ele, enquanto homem [*sic*] que vive em sociedade, é confrontado, em cada caso, por uma sociedade bem determinada”. Nessa

---

<sup>10</sup> Refiro-me aqui às propostas vinculadas à ideia de um *Green New Deal* e ao apoio que têm recebido inclusive de segmentos ecossocialistas. Cf. Aronoff (2019) Foster (2019; 2021) e Sá Barreto (2022a).

<sup>11</sup> Cf. Mészáros (2011), Kurz (2018), Prado (2013), Sá Barreto (2019).

<sup>12</sup> Prado (2015)

<sup>13</sup> Benfica (2023).

linha, é possível afirmar que todas as vias de ação que vimos sendo exploradas no filme são representações ficcionais de algumas das respostas mais frequentes que a humanidade tem dado à crise climática. Cada uma delas, com uma qualidade distinta. No entanto, todas elas impotentes diante da realidade que as suscita.

No filme, salvar o mundo é algo que só se torna viável se antes estiverem garantidas as condições de “salvação” do mundo da política, do capital e do trabalho. Assim, o cometa só pode ser desviado se estiver garantido para o poder executivo o controle do legislativo. A colisão só pode ser evitada de uma forma que garanta ao capital a máxima lucratividade possível. E a colisão só pode ser evitada de uma forma que não exclua a possibilidade de criação de milhões de novos empregos. No mundo real, o controle das emissões só pode ser alcançado se antes estiver garantida uma concertação global, porém nacionalmente determinada, o que implica, conforme já apontado, uma confluência não crível nos diversos âmbitos nacionais e destes entre si. As medidas de controle das emissões só podem ser concebidas e implementadas de maneiras que não apenas não ameacem a lucratividade, mas a impulsionem. E as medidas de controle das emissões só podem ser concebidas e implementadas de maneiras que não apenas não ameacem postos de trabalho, mas impulsionem a criação de novos postos.

O objetivo da crítica não é afirmar que há caminhos não explorados ou não percebidos para contornar esses impasses. Ao contrário, é afirmar que *não há*. Se o capital é o centro dinâmico desta sociedade, os parâmetros reprodutivos desta sociedade são aqueles que garantem a reprodução do capital e de sua lógica. (Mészáros, 2002) A racionalidade política está irremediavelmente condicionada por isso e também a racionalidade daqueles que vivem de vender sua força de trabalho está irremediavelmente condicionada por isso. A rigor, desse beco sem saída só se escapa destruindo o beco.

Por outro lado, estando excluída *a priori* a possibilidade de uma sociedade para além do capital, a inviabilidade das respostas mais imediatas vai fermentando paralelamente outros tipos de condutas que em geral se identificam pela fórmula “melhor que nada”. Novamente, o filme nos proporciona vívidas representações de que, diante da impotência prática e da ineficácia do agir, ainda é possível encontrar a satisfação moral de “ao menos estar fazendo algo”.

Em *Mindy*, temos um arco de personagem que vai da determinação resoluta à cooptação absoluta. O cientista começa a história como voz ativa da missão de desvio do cometa. Nesse meio tempo, é claramente seduzido pelos holofotes da imprensa e da atenção em redes sociais. Abortada a missão e passado o susto inicial, é agora seduzido

pela aparente qualidade da equipe e do conceito tecnológico na nova missão concebida por Isherwell. O sintomático argumento para ele permanecer na missão é um velho conhecido: “é melhor eu estar lá do que não estar”; “quem vocês preferem que esteja na missão: eu ou um incompetente/negacionista qualquer?”. Por fim, mesmo depois de passar a entreter dúvidas quanto à real qualidade da equipe e a real chance de sucesso da missão, vemos Mindy participando de campanhas de tranquilização da população.

A satisfação moral de ao menos fazer algo se alinha perfeitamente (quanto às causas e quanto aos efeitos práticos) à mera satisfação moral de não ser negacionista, retratada no grande festival liderado pelas celebridades Riley Bina (Ariana Grande) e DJ Chello (Kid Cudi). Nesse grande show de autoindulgência coletiva, a palavra de ordem é repetida incansavelmente: *just look up!*

Olhar é necessário, mas não suficiente. Nem mesmo agir é suficiente. É imprescindível que o curso de ação seja compatível com a efetivação dos resultados pretendidos. Mais que isso, essa compatibilidade, quando existe, não está dada *once and for all*. Ela pode vir tarde demais. Vinte e seis dias antes do impacto, Mindy desperta de seu torpor. A realidade se impõe. Os negacionismos tornam-se cada vez mais evidentemente delirantes e as reações convergem para o que deveriam ter sido desde o início, quando ainda teriam alguma chance de serem efetivas.

Considerando o complexo de questões naturais e sociais discutido aqui, o paradoxo de Santa Luiza é justamente esse. Admitindo a crise climática, *ver* é necessário. E admitindo a sociedade do capital, *não ver* é necessário. Até que seja tarde demais ou até que nos livremos do capital.

## Referências

- Angus, I. (2016). *Facing the Anthropocene: fossil capitalism and the crisis of the earth system*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Aronoff, K., Battistoni, A., Cohen, D., & Riofrancos, T. (2019). *A planet to win: why we need a Green New Deal*. Londres: Verso.
- Benfica, F. (2023). *Contra a futurologia automática: uma crítica ao “apocalipse robô” e suas consequências a partir de Marx*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFF.
- Cuba (1992). Fidel Castro (1976-2008). *Discurso en la Conferencia de Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente y el Desarrollo*. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1992.

- Duayer, M.; Araujo, P. H. (2015). Para a crítica da centralidade do trabalho: contribuição com base em Lukács e Postone. *Em pauta*, 35(13).
- Duayer, M.; Medeiros, J. L. (2008). Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital. *Revista de Economia*, 34.
- European Commission. (2019). *The European Green Deal*. Bruxelas.
- Foster, J. B. (2019). *INTERVIEW: John Bellamy Foster on the 'Green New Deal'*. Retrieved from Climate and capitalism: <https://climateandcapitalism.com/2019/02/12/john-bellamy-foster-on-the-green-new-deal/>
- Foster, J. B. (2021). Pegando Fogo desta vez. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 61.
- IPCC. (2018). *Global warming of 1.5 C: an IPCC special report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels*. Genebra: IPCC.
- IPCC. (2023). *Synthesis report of the IPCC sixth assessment report (AR6): summary for policymakers* Genebra: IPCC.
- Kurz, R. (2018). *A crise do valor de troca*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Lênin, V. I. (2020). *O que fazer?* São Paulo: Boitempo.
- Lukács, G. (2013). *Para um ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo.
- Malm, A. (2016). *Fossil capital: the rise of steam power and the roots of global warming*. Londres: Verso.
- Marx, K. (2013). *O capital (Livro I) (Vol. I)*. São Paulo: Boitempo.
- Medeiros, J. L.; Bonente, B. I. (2021). Marx e a crítica da economia política: considerações metodológicas. In: Medeiros, J. L.; Sá Barreto, E. *Para que leiam o capital: interpretações sobre o Livro I*. São Paulo: Usina Editorial.
- Mészáros, I. (2002). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Moore, J. (2017). The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, 44(3).
- Ocasio-Cortez, A. (2019). *H.Res.109 - Recognizing the duty of the Federal Government to create a Green New Deal*. Washington, D.C. Retrieved from <https://www.congress.gov/bill/116th-congress/house-resolution/109/text>
- Prado, E. (2013). Da posição e da deposição histórica do valor-trabalho. *Marx e o marxismo*, 1(1).

- Prado, E. (2015). Questionando a macroeconomia da "grande recessão". *Marx e o marxismo*, 3(5).
- Sá Barreto, E. (2018). *O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Sá Barreto, E. (2019). Restauração neoliberal e o esgotamento histórico de formas consagradas de resistência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 53.
- Sá Barreto, E. (2021). Mudanças climáticas e a tarefa dos ecossocialistas: pelo abandono do voluntarismo geológico. *Economia e Sociedade*, 30(1).
- Sá Barreto, E. (2022a). Fogo brando: um misto de lucidez, crítica incompleta, ilusões e expectativas frustradas. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 62.
- Sá Barreto, E. (2022b). *Ecologia marxista para pessoas sem tempo*. São Paulo: Usina Editorial.
- Steffen, W., Rockström, J., Richardson, K., Lenton, T., Folke, C., Liverman, D., . . . Schellnhuber, H. (2018). Trajectories of the Earth System in the Anthropocene. *PNAS*, 115(33).
- Veiga, J. E. (2019). *O Antropoceno e a ciência do Sistema Terra*. São Paulo: Editora 34.